

HABEAS CORPUS Nº 537.805 - TO (2019/0299579-5)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : JAIR ALVES PEREIRA
ADVOGADO : JAIR ALVES PEREIRA - RS046872
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A REGIAO
PACIENTE : MARCELO DE CARVALHO MIRANDA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de MARCELO DE CARVALHO MIRANDA contra decisão monocrática proferida pelo Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal na 1ª Região, que indeferiu o pedido liminar contido no HC n. 1033884-71.2019.4.01.0000.

Depreende-se dos autos que o Ministério Público Federal relatou ao Juízo Federal de primeiro grau que, em requerimento de natureza cautelar vinculado à Ação Penal n. 898/STJ, da relatoria do E. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, resultante da fase ostensiva da denominada "Operação Reis do Gado", o ora paciente e mais dois investigados integrariam associação criminosa voltada para a prática constante e reiterada de crimes de corrupção, peculato e lavagem de capitais.

Em 29/5/2018, o digno Relator declinou de sua competência e determinou a remessa dos autos ao Juízo Federal da 4ª Vara Federal da Seção Judiciária de Tocantins, por perda da prerrogativa de foro do ex-governador, *sem prejuízo de eventual nova análise da competência pelo referido Juízo Federal da 1ª instância, tendo em vista a Súmula 150/STJ.*

Mantida tal decisão pela Corte Especial:

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO INQUÉRITO. EX-GOVERNADOR. PERDA DO MANDATO DETERMINADA PELO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. REMESSA DOS AUTOS À JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª INSTÂNCIA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A discussão aqui colocada diz respeito à alegada incompetência da Justiça Federal para continuar com a

Superior Tribunal de Justiça

investigação sub examine, tendo em vista a perda de prerrogativa de foro de Marcelo de Carvalho Miranda, ex-Governador do estado de Tocantins.

2. O Tribunal Superior Eleitoral, por maioria, deu provimento ao recurso ordinário nº 1220-86.2014.6.27.0000 e determinou a cassação dos diplomas de Governador e de Vice-Governadora do estado de Tocantins outorgados, respectivamente, a Marcelo de Carvalho Miranda e Cláudia Telles de Menezes Pires Martins Lélis. Foram rejeitados os embargos de declaração opostos pelo então Governador. O respectivo acórdão foi publicado no Diário de Justiça Eletrônica do TSE em 19/4/18.

3. Por sua vez, no Supremo Tribunal Federal, o então agente com prerrogativa de foro ingressou com as Petições nº 7551, 7558 e 7581 com vistas a obter efeito suspensivo ao acórdão prolatado pela Corte Eleitoral. Houve desistência do próprio Requerente quanto a estes pedidos. Portanto, não subsiste ordem judicial que garanta a sua permanência no mandato de Governador do Estado de Tocantins.

*4. No caso em concreto, o Agravante não foi indiciado pela Polícia Federal por crime previsto no Código Eleitoral. Foi constatado pelo Ministério Público Federal possível lesão a bem jurídico da União e de empresa pública a ela vinculada (no caso, o BNDES). Os autos devem ser remetidos à 4ª Vara Federal da Seção Judiciária de Tocantins, **sem prejuízo de eventual nova análise da competência pelo Juízo Federal da 1ª instância, tendo em vista a Súmula 150/STJ.***

5. Agravo interno não provido.

(AgRg no Inq 1.230/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, CORTE ESPECIAL, julgado em 05/09/2018, DJe 13/09/2018)

Os autos foram remetidos à Justiça Federal/Tocantins em 18/10/2018.

Ao aprofundar a investigação em feitos atinentes à ação penal em referência, bem como em inquéritos e ações penais correlatos aos mesmos autores, sustentou o *Parquet* federal a necessidade de decretação da prisão preventiva e de medidas de busca e apreensão nas residências e escritórios dos envolvidos.

Assim, o Juízo Federal da Subseção Judiciária do Estado do

Superior Tribunal de Justiça

Tocantins, por meio de decisão que contém mais de cem páginas, expediu mandados de prisão preventiva e de busca e apreensão em desfavor do ora paciente e dos outros dois investigados, noticiando a permanência de atuação da organização criminosa, inclusive com crimes de "homicídio, tortura e cárcere privado de pessoas nas proximidades da Fazenda Ouro Verde, até mesmo sofisticados atos de lavagem de capitais, envolvendo gado de corte, com a colocação de bens e valores em nome de pessoas físicas ou jurídicas ligadas ao grupo" (e-STJ fls. 30/144).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal Regional Federal na 1ª Região, pleiteando, liminarmente, a liberação do paciente da prisão preventiva.

Contudo, em decisão monocrática datada de 1º/10/2019, o Desembargador Federal Relator, Dr. Hilton Queiroz, indeferiu o pedido liminar (e-STJ fls. 28/29).

Daí o presente *habeas corpus*, no qual os impetrantes insistem na revogação do decreto de prisão preventiva do paciente, alegando que o Desembargador Federal deixou de lado inquestionáveis ilegalidades, tais como a incompetência do Magistrado que decretou a prisão cautelar ou, ainda, a contemporaneidade dos fatos, considerando que o novo depoimento de colaboração premiada (feito em março de 2019) é mera repetição da delação firmada em 2015, já homologada em abril/2017.

Insiste, em suma, que, na nova dicção do STF, a competência para processar e julgar a investigação em tela é da Justiça Eleitoral, pois, na própria delação noticiada, o delator (Alexandre Fleury) informa que boa parte do dinheiro supostamente desviado do BNDES foi destinado à campanha eleitoral.

Pugna, liminarmente, pela imediata restituição da liberdade do paciente, estendendo-se a medida a seu irmão, José Edmar Brito Miranda Júnior ou, alternativamente, seja a prisão preventiva convertida em medidas

Superior Tribunal de Justiça

cautelares diversas. No mérito, seja concedida a ordem para que o paciente seja mantido em liberdade durante toda instrução processual, caso seja denunciado, bem como afastar a competência da Justiça Federal, remetendo os autos à Justiça Eleitoral, para que lá seja fixada em definitivo a competência.

É o relatório. **Decido.**

Registro, em primeiro lugar, que o eminente Ministro Mauro Campbell Marques não compõe a Terceira Seção deste Tribunal. Sua atuação no caso ocorreu, no passado recente, perante a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça. Logo, não há que se cogitar em prevenção. No âmbito das Turmas julgadoras, o digno Ministro Mauro atua na área de Direito Público, não Penal (Primeira Seção e Segunda Turma).

Em que pese o esforço argumentativo da ilustre defesa, o presente *habeas corpus* não merece ser conhecido.

Isso porque é assente a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de não caber *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar na origem, na esteira do enunciado da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, aplicável por analogia, salvo se demonstrada flagrante ilegalidade.

A propósito:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO DE LIMINAR NA ORIGEM. NÃO CABIMENTO. SUPERAÇÃO DO ENUNCIADO N. 691 DA SÚMULA DO STF. IMPOSSIBILIDADE. ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. Não se admite, em princípio, a impetração de habeas corpus contra decisão que denega pedido liminar em sede de writ impetrado na origem, sob pena de se configurar indevida supressão de instância. (Enunciado 691, da Súmula do STF), ressalvadas as decisões teratológicas ou com deficiência de fundamentação, o que não ocorre na hipótese. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 306.319/CE, Relator Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 09/06/2015, DJe 19/06/2015).

Superior Tribunal de Justiça

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO LIMINAR DE HABEAS CORPUS. APLICAÇÃO DA SÚMULA 691 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. SUPERVENIÊNCIA DO JULGAMENTO DO MÉRITO DO WRIT ORIGINÁRIO, NO TRIBUNAL DE ORIGEM. PERDA DE OBJETO DO PRÓPRIO WRIT. AGRAVO REGIMENTAL PREJUDICADO.

- 1. Tratando-se de impetração contra decisão monocrática, proferida por Desembargador Relator do Tribunal Estadual, que indeferiu pedido de liminar, em que não se observa teratologia ou falta de fundamentação, não há que ser mitigada a aplicação da Súmula n. 691 do STF.*
- 2. Nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e desta Corte, a superveniência de acórdão, apreciando o mérito do writ originário, impetrado em 2º Grau, torna prejudicada a análise do habeas corpus, impetrado neste Superior Tribunal de Justiça.*
- 3. Prejudicado o agravo regimental, em face da perda superveniente de objeto deste writ, pelo julgamento do habeas corpus na origem.*
- 4. Agravo Regimental prejudicado. (AgRg no HC n. 288.056/SP, Relator Ministro NEFI CORDEIRO, Sexta Turma, julgado em 12/05/2015, DJe 26/05/2015).*

Em situações excepcionais, entretanto, como forma de garantir a efetividade da prestação jurisdicional nas situações de urgência, uma vez constatada a existência de flagrante ilegalidade, abuso de poder ou teratologia, é possível a superação do mencionado enunciado sumular (HC n. 318.415/SP, de minha relatoria, Quinta Turma, julgado em 4/8/2015, DJe 12/8/2015).

Com efeito, conforme se observa dos autos, a decisão que indeferiu o pedido liminar na origem não ostenta ilegalidade evidente e apta a desafiar controle antecipado por este Superior Tribunal, pois, numa análise própria do pedido liminar, encontra-se suficientemente fundamentada, *in verbis* (e-STJ fls. 28/29):

Cuida-se de Habeas Corpus em que se busca liminarmente a liberação do paciente da prisão preventiva, que lhe foi imposta em razão de seu envolvimento em organização criminosa à qual se atribuem os crimes de peculato, fraudes licitatórias,

Superior Tribunal de Justiça

corrupção ativa e passiva, uso de documentos falsos e lavagem de capitais.

Para tanto, sustenta o impetrante que os crimes investigados são pretéritos, não havendo por isso motivação que justifique a imposição da custódia, cujos pressupostos, ainda que estivessem presentes, poderiam ser alcançadas com as medidas diversas do art 319 do CPP.

A mais, alega que a única contemporaneidade existente se trata de

depoimento feito por Alexandre Fleury, em 29/03/2019, através de delação premiada, em que se aponta a participação do paciente na coletânea de crimes, mas que não teria força para amparar os requisitos legais da custódia preventiva.

DECIDO:

Do exame do decreto objurgado, que se vê às fls. 1593/1707, depreende-se que a custódia cautelar se faz necessária como garantia da ordem pública e da instrução penal, tendo em vista que o depoimento do colaborador, Alexandre Fleury, feito em 29/03/2019, cuja delação foi homologada pelo STJ, trouxe à tona a dimensão dos crimes praticados pela organização criminosa, à qual pertencia o paciente, destacando-se, entre os delitos, homicídio, ocultação de bens e disputas de terras.

Há portanto necessidade de que as investigações sejam realizadas sem qualquer tipo de interferência, inclusive para se aferir se os delitos têm repercussão e continuidade no tempo presente.

Desse modo, é inegável que a medida de força coaduna-se às cautelaridades invocadas, principalmente no que pertine à conveniência da instrução penal, razão pela qual, ao menos por agora, desaconselha-se sua substituição por outra medida do art. 319 do CPP.

Sendo assim, por não vislumbrar, em sede de cognição sumária, o arguido constrangimento ilegal, nego a liminar.

Solicitem-se informações, a serem prestadas em 03 (três) dias.

Prestadas que sejam, ouça-se a PRR/1ª Região, em custos legis.

Com efeito, observa-se que a autoridade apontada como coatora indeferiu o pedido liminar contido no writ originário, examinando, em síntese, possíveis ilegalidades na expedição do mandado de prisão preventiva do paciente que se revelem de pronto, o que, na análise própria do pedido

Superior Tribunal de Justiça

liminar, não ocorreu na hipótese dos autos.

Nesse sentido, tendo em vista que o mérito do *habeas corpus* lá impetrado, em especial sobre a suposta competência da Justiça Eleitoral para processar o feito, será tratado em sede de cognição exauriente, quando do julgamento definitivo, não visualizo a ocorrência de constrangimento ilegal hábil a permitir a concessão da ordem de ofício nesta instância superior.

Assim, considerando que a questão suscitada pela defesa do paciente (incompetência da Justiça Federal) deverá ser abordada, necessariamente, por ocasião do julgamento de mérito do *writ* originário, esta Corte fica impedida de apreciar, de logo, o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Ao ensejo:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGADA INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO. MANDAMUS IMPETRADO PERANTE O E. TRIBUNAL A QUO AINDA NÃO APRECIADO. DENEGAÇÃO DE LIMINAR. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE.

I - Hipótese em que a impetração se volta contra r. decisão monocrática por meio da qual foi indeferido pedido de medida liminar, ainda não tendo ocorrido o julgamento colegiado do mérito do writ no e. Tribunal a quo.

II - Em princípio, descabe o uso de habeas corpus para cassar indeferimento de liminar a teor do disposto no enunciado da Súmula 691 do c. Pretório Excelso ("Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar").

III - No caso concreto, não verifico situação de flagrante ilegalidade a justificar a superação do óbice sumular, razão pela qual se mostra descabido o uso de habeas corpus para cassar a r. decisão que indeferiu o pedido liminar, sob pena de indevida supressão de instância (Precedentes do c. Pretório Excelso e do STJ).

Habeas corpus não conhecido.

(HC 127.496/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, Quinta

Superior Tribunal de Justiça

Turma, julgado em 17/3/2009, DJe de 27/4/2009) - grifei.

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS INDEFERIDO LIMINARMENTE. CORRUPÇÃO ATIVA. LAVAGEM DE DINHEIRO. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. WRIT CONTRA DECISÃO DE DESEMBARGADOR QUE JULGOU A IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA PREJUDICADA. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE PATENTE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 691/STF. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Dispõe a Súmula 691 do STF que não compete àquela Corte - nem, por analogia, a este Superior Tribunal - conhecer de habeas corpus contra decisão de relator que indefere pedido de liminar na origem. Ressalva-se a aplicabilidade de referido verbete sumular quando o julgado se apresentar flagrantemente ilegal ou teratológico, o que não ocorre na espécie.

2. Tal entendimento é aplicável, igualmente, à hipótese em que a impetração originária tenha sido julgada por decisão unipessoal de relator, ainda sujeita à interposição de agravo regimental, sem que a matéria tenha sido submetida a análise por órgão colegiado do Tribunal a quo e, portanto, não esgotadas as vias ordinárias, impondo-se o indeferimento liminar do mandamus, sob pena de indevida supressão de instância.

3. O decreto prisional menciona que o paciente, denunciado pela suposta prática dos crimes de corrupção ativa, organização criminosa e lavagem de dinheiro, teve a sua prisão preventiva decretada em razão da existência de prova de materialidade delitiva e indícios de autoria, além de elementos a indicar a necessidade da segregação acautelatória, com vistas a garantir a ordem pública e a instrução criminal.

4. A teor da jurisprudência consolidada deste Superior Tribunal de Justiça, o habeas corpus não é o meio adequado para se perquirir a incompetência de magistrado, caso esta não reste manifestamente evidenciada nos autos, pois a análise de tal questão demandaria o revolvimento de provas, o que é vedado na via estreita do writ, devendo a matéria ser objeto de exceção.

5. Não tendo sido demonstrada a ocorrência de flagrante ilegalidade nos autos, não há se falar em mitigação da Súmula 691/STF.

6. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC 339.293/PR, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 17/11/2015, DJe 23/11/2015) - grifei.

Superior Tribunal de Justiça

Por outro lado, no que se refere à alegada ausência de contemporaneidade do decreto de prisão cautelar, disse o Juízo de primeiro grau ao decretar a prisão preventiva (e-STJ fls. 132/134):

Conforme demonstrado de maneira pormenorizada anteriormente, os indícios apurados em relação às condutas adotadas por MARCELO MIRANDA, BRITO MIRANDA e BRITO JUNIOR revelam o fundado receio de reiteração delitiva, seja em razão da perpetração de atos de lavagem de capitais, cujos indícios apontam estar ainda em curso, seja por operarem um aglomerado de personalidades jurídicas de fachadas, cuja atuação unificada foi e ainda é capaz de dar vida a novas atividades delitivas, circunstância reforçada pela forte influência de que ainda dispõe o requerido MARCELO MIRANDA e seu genitor, JOSÉ EDMAR BRITO MIRANDA JÚNIOR.

Há, consoante restou salientado pelo Parquet, indícios concretos de reiteração delitiva em um contexto de corrupção sistêmica, o que coloca em risco a ordem pública. No caso em apreço, ademais, os acusados figuram como investigados em diversos inquéritos que tramitam perante esta Vara Federal especializada, sendo certo que MARCELO DE CARVALHO MIRANDA já foi condenado por este juízo às penas de 08 (oito) anos de reclusão, pelo crime de peculato, e à pena de 05 (cinco) anos, 09 (nove) meses e 10 (dez) dias de detenção, pelo crime de dispensa indevida de licitação no caso OSCIP BRASIL (Ação Penal nº 6973- 16.2014.4.01.4300 - APN 803/STJ). A despeito de todos estes eventos, ainda persistem as suspeitas de que os três continuam a delinquir, numa clara demonstração de menosprezo à ordem institucional e judicial constituída.

Os indícios colhidos pelo Ministério Público Federal evidenciam a prática em série de fatos de caráter criminoso, cuja continuidade teria ocorrido mesmo após a deflagração das fases ostensivas de diversas operações, fato que coloca em risco a ordem pública e constitui elemento suficiente para justificar a decretação da prisão preventiva dos requeridos. Por outro lado, os fatos relatados demonstram que a adoção de outras medidas cautelares diversas da prisão se mostrariam absolutamente insuficientes, dada a demonstração cabal de desrespeito pela ordem constituída por parte dos requeridos e a comprovação de que os três acusados são afeitos à atos de intimidação, manipulação de provas, coação de testemunhas, e blindagem, dissimulação e ocultação de bens, o que faz exsurgir o delito de lavagem de capitais, de natureza permanente.

Superior Tribunal de Justiça

As ações penais iniciadas e os inquéritos policiais já instaurados em desfavor de MARCELO MIRANDA, BRITO MIRANDA e BRITO JÚNIOR não tiveram aptidão para desestimulá-los da prática de novos delitos, ou de dissuadi-los da lavagem de capitais posta em execução, para o branqueamento de recursos auferidos ilicitamente. Pelo contrário, em contrapartida ao incremento das atividades do Estado para reprimir ou para reaver o produto do delito, empreenderam os acusados atos tendentes à sofisticação do atual esquema de lavagem de capitais, fato que resultou na absoluta ineficácia dos atos de constrição determinados pelo Superior Tribunal de Justiça. Além disso, passaram os requeridos a adotar procedimentos inaceitáveis ao, reiteradamente, coagir e ameaçar pessoas no curso do processo, comprar depoimentos a serem prestados perante autoridades policiais e judiciais, e manipular e produzir provas documentais, com o claro objetivo de tumultuar e dificultar as investigações em andamento, assim como as ações penais em curso, numa clara demonstração de que não se sentem desestimulados com a possibilidade de uma eventual e futura responsabilização na esfera penal.

No que toca à contemporaneidade, cuja análise não deve ser superlativa, como ponderou a Suprema Corte, entendo que os atos de aprofundamento investigativo se deram no tempo adequado, considerada a complexidade dos fatos deduzidos, assim como o trâmite dos autos entre diferentes instâncias de julgamento, em razão da perda superveniente do foro por prerrogativa de função, por parte dos investigados. A análise criteriosa de tal requisito, como já dito, se faz necessária, porquanto, no intervalo que mediou a delação firmada em 2016 e a deflagração da primeira fase da Operação Reis do Gado, quase no ano de 2017, o feito foi remetido da instância superior onde tramitava para o primeiro grau de jurisdição, sendo inegável que o trâmite e o traslado dos autos, assim como os procedimentos burocráticos envolvidos nesta circunstância, concorreram para que o aprofundamento da análise tardasse a acontecer.

De toda forma, em atenção aos fatos elementos recolhidos, todos indiciários de risco à ordem pública e, em parte, de risco à instrução processual e à indispensável aplicação da lei penal, reputo adequado e pertinente o acolhimento do pedido, por considerar que a medida não se processará de forma mais extensa ou mais intensa do que o estritamente necessário para assegurar o interesse público deduzido em juízo.

Este aspecto (contemporaneidade dos fatos alegados para a

Superior Tribunal de Justiça

segregação cautelar) é relevantíssimo e tem sido examinado com frequência pelas Cortes de revisão e superiores. Efetivamente, *a jurisprudência dos Tribunais Superiores tem exigido, com razão, que não se distancie muito no tempo os fatos que justificariam a segregação. A explicação se radica no caráter urgente e provisional da cautelar, o que se esvanece quando o tempo dilui a premência da medida, tornando-a desnecessária e, portanto, abusiva.* (HC 496.220/DF, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Sexta Turma, julgado em 11/6/2019, DJe 17/6/2019).

Na hipótese vertente, o próprio julgador originário reconhece que os fatos motivadores de sua decisão ocorreram em 2015/2016/2017 e a delação foi homologada ainda no âmbito da instância superior. Os autos desceram em outubro de 2018. Mas, no ponto, o Relator do HC originário, após recordar um novo depoimento do delator em março/2019, diz:

Há portanto necessidade de que as investigações sejam realizadas sem qualquer tipo de interferência, inclusive para se aferir se os delitos têm repercussão e continuidade no tempo presente.

Percebe-se, com efeito, que os argumentos lançados na decisão primitiva deverão ser examinados necessariamente pela Terceira Turma do TRF/1ª Região, com a maior brevidade possível. Não há, no tópico, excesso de prazo capaz de justificar a antecipação da prestação jurisdicional do Superior Tribunal de Justiça.

Aliás, em situação análoga e de grande repercussão nacional, a Sexta Turma deste Tribunal apenas examinou o aspecto da contemporaneidade dos fatos, para fins de segregação cautelar, após o julgamento pelo colegiado do TRF/2ª Região (HC n. 509.030/RJ, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, Sexta Turma, julgado em 14/5/2019, DJe 30/5/2019).

No mesmo diapasão:

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. SÚMULA N. 691/STF. INDEFERIMENTO

Superior Tribunal de Justiça

LIMINAR NO WRIT. PRISÃO PREVENTIVA. ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. FUGA. ILEGALIDADE DA CITAÇÃO EDITALÍCIA. MATÉRIA SATISFATIVA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. CONTEMPORANEIDADE. ANÁLISE DE MÉRITO. NÃO CABIMENTO DE RECURSO. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

.....

4. O argumento de ausência de contemporaneidade da prisão preventiva deve ser melhor analisado no julgamento meritório pelo Tribunal de origem, porquanto exige exame mais aprofundado, sendo passível de indeferimento da liminar na origem.

5. Não havendo ilegalidade para justificar a mitigação do enunciado da Súmula n. 691 do STF, o writ deve ser indeferido liminarmente.

6. Agravo regimental improvido.

(AgRg no HC 474.109/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 08/11/2018, DJe 23/11/2018).

Desse modo, não configurada hipótese excepcional de flagrante ilegalidade que justifique a superação da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, resultando incabível a presente impetração.

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Encaminhe-se, com urgência, cópia desta decisão ao eminente Relator do HC de origem, para conhecimento.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator